

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

ATA NÚMERO 60/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a sexagésima reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um. O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número cinquenta e nove da reunião desta Câmara Municipal de catorze de novembro corrente, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

O Senhor Presidente da Câmara deu início ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias**, acerca da limpeza das ruas, bermas e valetas, disse constatar que estão muito maltratadas nas freguesias e, em alguns locais, dão mau aspeto.

Disse ainda que recebeu do Senhor Vasco Lima um plano sobre os transportes escolares, tendo perguntado se o Senhor Presidente também o recebeu.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que também recebeu uma carta do mesmo munícipe, a qual já remeteu à Divisão de Obras Municipais para análise, após o que submeterá o assunto à apreciação deste Executivo.

A **Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** disse que encontrou o eletricista da Câmara Municipal, Senhor Carlos Albuquerque, tendo-o questionado sobre a colocação do ponto de luz no cemitério municipal, anteriormente solicitado, que a informou desconhecer o assunto. Por isso concluiu que nada está feito, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que a esclarecesse pois estava convencida de que tinha dado ordem para executar o referido serviço.

Perguntou ainda quem é o responsável pelo Serviço de Jardinagem, pois deveria mandar colocar estacas nas árvores da Variante Este.

Solicitou ainda ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo que conclua o arranjo da Avenida Padre Duarte, pelo menos até ao Quartel da GNR, perguntando se não há possibilidade de expropriar o terreno da Casa Grande.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta à Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra, informou o seguinte:

- Quanto ao ponto de luz, disse que vai esclarecer o assunto com o funcionário em causa, até porque já falou com o Senhor Neves, da Comissão Fabriqueira de Tarouca, para autorizar a ligação elétrica à capela de Esporões e, deste modo, ser possível a colocação do ponto de luz.

- Em relação à colocação das estacas nas árvores, informou que o responsável do serviço é a Senhora Engenheira Sofia, a quem já chamou a atenção para essa necessidade, mas irá insistir na resolução desse assunto, salientando que o Serviço de Espaços Verdes tem muito trabalho.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, relativamente à compra do terreno da Casa Grande, disse que é um assunto sobre o qual já têm vindo a pensar. Manifestou a sua concordância com o alerta para a limpeza das ruas, mas o facto de haver muitas ervas, tem a também ver com as medidas de combate às alterações climáticas praticadas por este município, em particular com a proibição de aplicação de herbicidas no espaço público, que será total a partir de março do próximo ano, mas que a Câmara Municipal de Tarouca já está a levar a efeito.

A propósito, **o Senhor Presidente da Câmara** disse que já receberam uma queixa por causa dos herbicidas, por isso é complicado gerir este assunto.

Terminado o período de antes da ordem do dia, **o Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Associação da Banda Musical de Gouviães - Gravação do 2º CD - pedido de apoio

PONTO 2 - Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca - pedido de apoio monetário para o Jornal Sopé da Montanha

PONTO 3 - Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - pedido de patrocínio para a 14ª Edição do Boletim Voz Solidária

PONTO 4 - Estudo para implementação do Caminho dos Monges nos concelhos de Tarouca e Lamego

PONTO 5 - Pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de € 400.000,00, no período de vigência do orçamento de 2020, em regime de conta-corrente, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria - Proposta

PONTO 6 - Fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos, respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020, e redução desta taxa nos casos de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - proposta

PONTO 7 - Apoios concedidos às freguesias no período de 01.01.2019 a 25.11.2019 - informação

PONTO 8 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 18.09.2019 a 26.11.2019

PONTO 9 - Compra de um prédio rústico destinado à construção do Parque Ribeirinho de Tarouca (parcela nº 11) - proposta

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.28

PONTO 10 - Empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no Concelho de Tarouca" - autorização para assunção do compromisso plurianual - proposta

PONTO 11 - Empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no Concelho de Tarouca" - Despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara

PONTO 12 - Caminho Rural de Vila Pouca - valor final da indemnização

PONTO 13 - 4ª Revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019 - proposta

PONTO 14 - Serviços de Abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos - tarifário para 2020 - proposta a submeter ao parecer da ERSAR

PONTO 15 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 16 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 17 - Transferência de verba destinada a material escolar para atividades complementares no âmbito de projetos educativos - ano letivo de 2019/2020 - proposta

PONTO 18 - Tó Frio - Frio Industrial, LDA - pedido de prorrogação do prazo por 30 dias para apresentação do projeto de arquitetura relativo aos lotes n.ºs 8 e 9 da AAEL

PONTO 19 - Empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)" - Reprogramação do Investimento e consequente alteração do compromisso plurianual - proposta

PONTO 1 - ASSOCIAÇÃO DA BANDA MUSICAL DE GOUVIÃES - GRAVAÇÃO DO 2º CD - PEDIDO DE APOIO

Presente um ofício sem data, registado sob o n.º 10634, em 26 de novembro findo, remetido pela Associação da Banda Musical de Gouveias, solicitando apoio para a gravação do seu segundo CD, que inclui só obras de grandes compositores portugueses, das quais três são de compositores do concelho de Tarouca, cujo orçamento é no valor de € 1.800,00 (mil e oitocentos euros).

A **Senhora Vereadora Ana Maria da Silva Xavier Guerra** disse não compreender a apresentação deste tipo de pedidos.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** disse concordar com a atribuição deste apoio, já que a gravação do CD é uma forma de deixar para o futuro um registo da atividade artística da Banda, que é de grande qualidade e que, de outro modo, se poderá perder.

O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a associação o informou de que a gravação do CD tem custos. Propôs a atribuição de um subsídio no valor de € 500,00 (quinhentos euros).

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir à Associação da Banda Musical de Gouveães um subsídio no montante de quinhentos euros, para o efeito solicitado, por ser uma publicação de interesse municipal (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 2 - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE TAROUCA - PEDIDO DE APOIO MONETÁRIO PARA O JORNAL SOPÉ DA MONTANHA

Presente um ofício sem data, registado sob o n.º 10635, de vinte e seis de novembro findo, remetido pelo administrador do Jornal Sopé da Montanha, publicação mensal da Paróquia de Tarouca solicitando a atribuição de um subsídio para fazer face às diversas despesas com a respetiva publicação.

Discutido o assunto, foi deliberado, por unanimidade, atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca um subsídio, de valor igual ao do ano anterior, no montante de mil euros, para o efeito solicitado, por ser uma publicação de interesse municipal (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 3 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA - PEDIDO DE PATROCÍNIO PARA A 14.ª EDIÇÃO DO BOLETIM VOZ SOLIDÁRIA

Presente o ofício n.º 387/2019, datado de vinte e dois de novembro findo, remetido pela Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, solicitando patrocínio para a 14.ª edição do Boletim "Voz Solidária", a publicar no próximo mês de janeiro de dois mil e vinte, cujo objetivo é prestar informação sobre respostas sociais e atividades desenvolvidas pela Instituição em prol dos seus utentes e da comunidade em geral.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse que irá votar a favor, alterando assim o seu sentido de voto, proferido em anos, relativamente a idêntico pedido, porque aprovou a atribuição de apoios a outras publicações idênticas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Tarouca um subsídio no valor de €300,00 (trezentos euros) para patrocinar a 14.ª edição do Boletim "Voz Solidária", por ser de interesse municipal (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 4 - ESTUDO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CAMINHO DOS MONGES NOS CONCELHOS DE TAROUCA E LAMEGO

Presente o estudo para implementação do Caminho dos Monges, nos concelhos de Tarouca e Lamego.

Verificou-se que integram o presente estudo, a respetiva memória descritiva, a descrição dos caminhos complementares, as cartas de localização e o orçamento da ação, no valor total de € 74.450,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou o seguinte:



Fl. 120
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

"Disse que este estudo irá ser objeto de uma candidatura ao Programa Valorizar do Turismo de Portugal.

É uma grande rota que vai deste S. João de Tarouca, até ao Rio Douro.

Trata-se de um projeto intermunicipal, entre Tarouca e Lamego. O orçamento discrimina os gastos de cada município. Vamos fazer mais três pequenas rotas dentro do nosso território neste mesmo programa."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que, antes da elaboração deste estudo e da rota apresentada, já existia um trabalho feito pela associação Inovterra, por uns jovens que estiveram no concelho no âmbito de um programa de intercâmbios internacionais, julgando que se trata do mesmo percurso.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse que não é o mesmo percurso, embora existiam partes em que sim. Disse ainda que o Presidente do Turismo do Porto e Norte gostou do nome dado ao caminho. Salientou que a rota dos monges existe desde o século XII e que o percurso proposto passa por S. João de Tarouca; Mondim da Beira; Arcos de Paradela; Senhor do Monte; Morro de Alcáçima em Tarouca; Zona Ribeirinha de Tarouca; Dálvares; Gouviães; Ucanha; Salzedas e Vila Pouca.

Continuou dizendo que o único aspeto comum com o percurso da Inovterra é o caminho entre S. João de Tarouca e Mondim da Beira.

Concluiu informando que esteve uma equipa no terreno, e foi apresentada uma rota de pelo menos quarenta quilómetros."

O Senhor Presidente da Câmara disse que é uma candidatura interessante.

A propósito, informou que vai deslocar-se à zona da Cascata do Varosa, em Vila Pouca, para verificar quais são os trabalhos de conservação que devem ser feitos, porque está um perigo para os muitos visitantes que ali se deslocam

Discuto o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente estudo para implementação do Caminho dos Monges e caminhos complementares, no concelho de Tarouca, incluindo o respetivo projeto e orçamento no valor total de € 74.450,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2020, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, APENAS PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE

DE € 400.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2020, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, APENAS PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA

PROPOSTA

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano, podendo a respetiva aprovação ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento (nº2 do artigo 49º e nº2 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 03.09).

O pedido de autorização é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Ao abrigo das citadas disposições legais, foi solicitada a apresentação de propostas para o ano 2020, a três instituições bancárias, tendo sido recebidas duas respostas. Analisada as mesmas, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 25 de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida e com fundamento na mesma,

proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com sede em Lisboa, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2020, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro nominal variável indexada à "Euribor a 12 meses", base 360 dias, média aritmética simples das cotações diárias do indexante no mês anterior ao mês do início do período de contagem de juros, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida do spread de 0,6%, sendo que na determinação da taxa de juro contratual, a taxa de juro nominal ficará limitada ao valor mínimo de 0,6%, e nas demais condições constantes da sua proposta.**

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2020 e, por consequência, não gera aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.28

- a) 2 propostas recebidas (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, CRL e Caixa Geral de Depósitos, S.A.);
- b) cópia dos ofícios convite enviados a três entidades bancárias;
- c) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
- d) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município para 2020.

Paços do Município, 25 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos documentos nela indicados.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse que depois de seis anos de mandato, a Caixa Geral de Depósitos concorreu pela primeira vez e apresentou um spread de 0,6%. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com sede em Lisboa, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2020, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro nominal variável indexada à "Euribor a 12 meses", base 360 dias, média aritmética simples das cotações diárias do indexante no mês anterior ao mês do início do período de contagem de juros, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida do spread de 0,6%, sendo que na determinação da taxa de juro contratual, a taxa de juro nominal ficará limitada ao valor mínimo de 0,6%, e nas demais condições constantes da sua proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2019 A LIQUIDAR EM 2020, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2019 A LIQUIDAR EM 2020, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

(alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09 e n.º 5 do artigo 112.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do CIMI)

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n° 1 do artigo 112° do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n° 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- . prédios rústicos: 0,8%;
- . prédios urbanos: de 0,3% a 0,45%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 7-A/2016, de 30 de março).

Por outro lado, a referida Lei n° 7-A/2016, de 30.03 aditou ao Código o IMI o artigo 112°-A, que prevê no n°1 a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarem uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Assim, considerando que:

1. Em 2012, foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que teve como consequência o aumento generalizado do valor patrimonial dos prédios urbanos.

2. Impõe-se aos municípios do interior, como é o caso de Tarouca, a criação de condições para fixar famílias e empresas, através da aplicação de medidas que se traduzam numa vantagem competitiva em relação aos municípios do litoral.

3. As razões de justiça, equidade e de incentivo subjacentes à decisão, tomada em anos anteriores, de manter a taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos.

4. A redução da taxa de IMI incidente sobre prédios urbanos, atendendo ao número de dependentes a cargo do sujeito passivo do imposto, referente a imóvel destinado a habitação própria e permanente, não tem impacto significativo nas contas do Município.

5. Pelo contrário, esta medida apresenta efeitos positivos no rendimento disponível de cada família, em especial daquelas com maior número de dependentes, contribuindo para a fixação de novos agregados familiares no concelho e constituindo um importante incentivo à natalidade,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020: 0,3%.

b) nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Paços do Município, 25 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n.º5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020: 0,3%.

b) nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2019 a liquidar em 2020, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - APOIOS CONCEDIDOS ÀS FREGUESIAS NO PERÍODO DE 01.01.2019 A 25.11.2019 - INFORMAÇÃO

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Informação no cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, sobre os apoios concedidos às Freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do n° 1 do artigo 25° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12 de setembro:

Período de 01.01.2019 a 25.11.2019

❖ Freguesia de Mondim da Beira

1. Total: € 2.663,57

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Praia Fluvial de Mondim da Beira.

2. Total: €1.299,99

Finalidade: Apoio em espécie (máquina de lavar louça industrial)

❖ Freguesia de Salzedas

Total: € 5.062,60

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o edifício da Antiga Casa do Povo.

❖ Freguesia da União das Freguesias de Gouveias e Ucanha

1. Total: €330,46

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para Casa Memória José Leite Vasconcelos - Ucanha;

2. Total: €873,33

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para Casa Paroquial de Ucanha

❖ Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira

Total: € 10.628,55

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares

1. Total: € 10.434,84

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

2. Total: € 673,01

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para os tanques públicos em Valverde - Tarouca.

3. Total: € 44,08

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o Edifício da Junta de Freguesia em Dálvares.

4. Total: € 470,91

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o regadio de Santiago em Arguedeira - Tarouca.

❖ Freguesia de Várzea da Serra

Total: € 1.988,30

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o Centro Recreativo.

Tarouca, 26 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.28

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 18.09.2019 A 26.11.2019

Presente a informação do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 18.09.2019 a 26.11.2019

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2018, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2019, junto se anexa a respetiva lista, **até 26.11.2019**, cujos valores totais a seguir se indicam:

Período de 18.09.2019 a 26.11.2019		
Ano	Valor do Período	Valor acumulado desde 01.01.2019
2020	150 081,12 €	663 043,70 €
2021	64 075,72 €	270 977,36 €
2022	40 881,84 €	192 630,60 €
2023	12 180,73 €	132 721,98 €
2024	12 315,38 €	130 483,43 €
2025 e seguintes	184 448,07 €	1 996 631,71 €
TOTAL	463 982,86 €	3 386 488,78 €

Paços do Município, 26.11.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos, composta por dez folhas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9 - COMPRA DE UM PRÉDIO RÚSTICO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA (PARCELA N° 11) - PROPOSTA
Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:
"COMPRA DE UM PRÉDIO RÚSTICO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA (PARCELA N°11)

PROPOSTA

A execução da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca" exigiu a prévia aquisição dos terrenos particulares necessários à respetiva implantação. Este processo encontra-se em fase de conclusão, existindo ainda algumas parcelas a identificar/adquirir.

A proprietária do prédio rústico correspondente à parcela n°11 aceitou as condições de compra por nós propostas. Assim, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência que lhe confere a alínea g) do n.º 1 do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, comprar, pelo preço de €4000 (quatro mil euros), a Isabel Maria Pereira de Almeida Vingadas, e marido, José Fernando de Assunção Vingadas, residentes em Esporões, 3610-105 Tarouca, casados sob o regime de comunhão geral de bens, o seguinte bem imóvel sua propriedade: prédio rústico de terra de cultura, sito no lugar de Lameira, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 1120 m2, que confronta do norte com Rio, do Sul com Rio, do nascente com António de Carvalho e do poente com Norberto da Costa, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6733º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca, com a configuração constante da planta em anexo. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 11 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

Mais proponho que me sejam conferidos poderes para outorgar a respetiva escritura pública de compra e venda.

Por fim, proponho que o Município, na qualidade de comprador, suporte os encargos inerentes à celebração da escritura de compra e venda, conforme previsto na lei civil, incluindo os encargos com a celebração, em simultâneo, da escritura de habilitação de herdeiros indispensável à respetiva outorga, e os documentos necessários à instrução do respetivo processo, conforme acordado com os proprietários.

Paços do Município, 19.11.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e comprar, pelo preço de €4000 (quatro mil euros), a Isabel Maria Pereira de Almeida Vingadas, e marido, José Fernando de Assunção Vingadas, residentes em Esporões, 3610-105 Tarouca, casados sob o regime de comunhão geral de bens, o seguinte bem imóvel sua propriedade: prédio rústico de terra de cultura, sito no lugar de Lameira, União



El 166
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 1120 m², que confronta do norte com Rio, do Sul com Rio, do nascente com António de Carvalho e do poente com Norberto da Costa, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6733º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca, com a configuração constante da planta em anexo.

Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 11 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

Foi ainda deliberado por unanimidade conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar a respetiva escritura pública de compra e venda.

Finalmente foi deliberado por unanimidade que o Município, na qualidade de comprador, suporte os encargos inerentes à celebração da escritura de compra e venda, conforme previsto na lei civil, incluindo os encargos com a celebração, em simultâneo, da escritura de habilitação de herdeiros indispensável à respetiva outorga, e os documentos necessários à instrução do respetivo processo, conforme acordado com os proprietários.

PONTO 10 - EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA" - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"EMPREITADA DE "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no Concelho de Tarouca"

AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PROPOSTA

No âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, foi aceite a candidatura ao aviso n.º Norte-03-2017-42 (Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local) da operação denominada "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação Pública no Concelho de Tarouca".

O valor do respetivo orçamento é de 443.785,00 €, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

A adjudicação da empreitada será precedida de concurso público, prevendo-se que a consignação da obra ocorra a partir do mês de dezembro de 2019.

No entanto, a maior parcela do encargo a assumir será repartida pelo ano 2020.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da

Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar.

Assim,

PROPONHO a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação Pública no Concelho de Tarouca"**, de acordo com o previsto no n° 1 do artigo 22° do Decreto-Lei n° 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.° 1 do artigo 6.° da Lei n.° 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de **443 785 €**, a que acresce o IVA à taxa de 6%, **perfazendo o montante total de 470 413 €**.

Tarouca, 25.11.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação Pública no Concelho de Tarouca", de acordo com o previsto no n° 1 do artigo 22° do Decreto-Lei n° 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.° 1 do artigo 6.° da Lei n.° 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de 443 785 €, a que acresce o IVA à taxa de 6%, perfazendo o montante total de 470 413 €.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11 - EMPREITADA DE "SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR TECNOLOGIA LED NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TAROUCA" - DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Empreitada de "Substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED no âmbito da eficiência energética na iluminação pública no Concelho de Tarouca", aberto por aviso publicado no Diário da República, 2ª série, n° 196, de 11.10.2019

DESPACHO

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.28

Presente o email de alerts@vortal.biz com as seguintes mensagens (ver anexos):

- Mensagem da sociedade "Carlos Gil - Obras públicas, Construção Civil e Montagens Elétricas, Lda", no dia 04.11.2019, às 11:37:14 horas, no concurso público para adjudicação da empreitada supra identificada;
- Mensagem da sociedade "LTX-Iluminação Técnica, S.A.", no dia 04.11.2019, às 11:35:20 horas, no concurso público para adjudicação da empreitada supra identificada e email enviado pela rpires@ltx.pt, no dia 04.11.2019, às 11:54; e
- Email da info@vortal.biz, no dia 04.11.2019, às 12:03.

Analisados os mesmos, e com fundamento na informação dada por email da info@vortal.biz, decido aprovar a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, por mais 1 dia a contar da data de envio para o Diário da República, ou seja, até às 12:00 horas, do dia 05 de novembro do corrente ano. Este despacho é proferido ao abrigo do disposto no n.º 3, do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, por se tratar de uma decisão urgente e do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À próxima reunião da Câmara Municipal, para ratificação.
Paços do Município, 04.11.2019.

O Vice-Presidente da Câmara,
(por impedimento do Presidente, em virtude de se encontrar ausente)

a) José Damião Lopes Guedes de Melo"

Foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho.

PONTO 12 - CAMINHO RURAL DE VILA POUCA - VALOR FINAL DA INDEMNIZAÇÃO

Presente uma informação do Advogado, Dr. António Pinto Carreira, dando conhecimento do Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, já transitado em julgado, proferido no Processo n.º 204/08.8TBLMG.Cl, de expropriação de utilidade pública, em que é expropriante o Município de Lamego e expropriados Miguel da Conceição Dias e Isabel do Carmo Ildefonso, que fixou em € 32 464,78 o valor atualizado da indemnização a pagar aos expropriados, devendo o Município de Tarouca reembolsar o Município de Lamego em € 13 182,66. Verificou-se que a Divisão Administrativa e Financeira emitiu informação sobre este assunto.

O Senhor Presidente da Câmara informou que com esta decisão termina o processo de expropriação da parcela de terreno destinada à construção do caminho que liga Vila Pouca a Eira Queimada construído por esta Câmara Municipal. No entanto, prossegue ainda no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu uma ação interposta pelos expropriados contra o Município de Tarouca por danos causados e que provavelmente será improcedente.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nas referidas informações, transferir para o Município de Lamego a importância de € 13 182,66 (treze mil e cento e oitenta e dois euros e sessenta e seis centimos) para reembolsar o valor da indemnização atualizada a pagar aos expropriados no Processo nº 204/08.8TBLMG.C1, conforme acordado anteriormente entre ambas as autarquias.

PONTO 13 - 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

PROPOSTA

A elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2019 foi efetuada com base nas regras previsionais aplicáveis, no plano dos investimentos a realizar e nos financiamentos a obter.

Posteriormente, veio a verificar-se que algumas das candidaturas de projetos aos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020 e a outros apoios da Administração Central ainda aguardam aprovação ou a respetiva contratação teve início em data posterior à prevista, o que determinou a dilação para 2020 da execução dos principais investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano e a não arrecadação da respetiva receita.

Neste contexto, as taxas de execução da receita e da despesa ficarão abaixo do previsto - inviabilizando o cumprimento do disposto no nº3 do artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 03.09 (85% de taxa de execução da receita prevista no orçamento) - impondo-se, por isso, proceder ao ajustamento dos documentos previsionais de 2019 de modo a que as dotações previstas se aproximem o mais possível dos valores efetivamente a realizar.

Assim, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2019, cujos mapas se anexam:

- * 4ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta diminuições no montante de € 2 185 770;

- * 4ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta diminuições no montante de € 2 185 770;

- * 4ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação negativa no montante de € 1 554 981,89, no corrente ano, e uma variação positiva no montante de € 671 000,00 no ano de 2020;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.28

*4ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta uma variação negativa no montante de € 378 428,90, no corrente ano.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental. (ver anexo)

Paços do Município, 27.11.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo fez uma breve apresentação da presente proposta e informou que estão a ser retirado um conjunto de valores que não será possível executar em dois mil e dezanove, transitando para dois mil e vinte, conforme aliás já tinham assumido aquando da apresentação da próximo Orçamento Municipal. Salientou a redução da despesa corrente, nomeadamente com pessoal, embora a redução na despesa de capital seja a mais expressiva.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que, na fundamentação da proposta é referida a questão do cumprimento da taxa de execução da receita. Disse ainda que não tem nada contra, mas considera que estas alterações desvirtuam um pouco os compromissos que o Executivo aprova no início do ano e, por isso, julga que não deveriam ser tomadas em conta para a verificação dos referidos índices de execução, pois resultam de alterações que vão sendo feitas à vista e que acabam por desvirtuar a projeção orçamental inicial.

O Senhor Presidente da Câmara disse que entende ser preferível dizer qual foi a taxa de execução real do que não mexer no Orçamento. Salientou que, por vezes, há concursos que ficam desertos ou os empreiteiros atrasam a execução dos trabalhos, mas a verba tem que estar prevista, só podendo ser alterada com este tipo de modificação.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse concordar com o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias. No entanto, sempre foi favorável às revisões, porque é preciso corrigir previsões e pressupostos, já que, se tal não for feito, a ação municipal assenta em pressupostos errados. Disse ainda que, por isso, não considera que esta revisão deixe o Executivo fragilizado, pelo contrário. Concluiu informando que, considerando o montante da dívida municipal e as disponibilidades de tesouraria, será impossível o Município cumprir a regra prevista no nº3 do artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 03.09 (taxa de 85% de execução da receita) nos próximos cinco anos.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente e proposta de revisão dos documentos previsionais de 2019 e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº

1 do artigo 25º do referido diploma, cujos mapas se anexam e apresentam os seguintes valores:

* 4ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta diminuições no montante de € 2 185 770;

* 4ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta diminuições no montante de € 2 185 770;

* 4ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação negativa no montante de € 1 554 981,89, no corrente ano, e uma variação positiva no montante de € 671 000,00 no ano de 2020;

* 4ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta uma variação negativa no montante de € 378 428,90, no corrente ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14 - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS - TARIFÁRIO PARA 2020 - PROPOSTA A SUBMETER AO PARECER DA ERSAR
Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve na íntegra:

**"SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS
TARIFÁRIO PARA 2020**

PROPOSTA

O Município de Tarouca enquanto entidade gestora das atividades de exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos fixa e cobra os preços devidos pela prestação destes serviços (alínea d) do artigo 14º e artigo 21º da Lei nº 73/2013, de 03.09.)

Os preços a fixar não devem ser inferiores aos custos, direta e indiretamente, suportados e devem respeitar o regulamento tarifário em vigor e o parecer da entidade reguladora (nºs 1,2 e 7 do citado artigo 21º).

Assim, considerando:

- a) o apuramento dos custos e proveitos destes serviços, previsionais para 2020, comunicado à ERSAR e que se anexa;
- b) a taxa de inflação prevista para 2020 (1,2%), de acordo com as projeções do Banco de Portugal;
- c) os regulamentos municipais em vigor;
- d) que o valor dos custos das atividades é ainda inferior aos proveitos, sendo que as referidas normas legais e regulamentares impõem a recuperação tendencial dos custos decorrentes da provisão dos respetivos serviços prestados;
- e) que, operando num cenário de eficiência e tendo em atenção a necessidade de salvaguardar a acessibilidade económica aos serviços por parte da população, foi elaborada uma proposta de atualização das tarifas com base na taxa de inflação prevista,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência que lhe confere a alínea e) do nº 1 do

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, aprovar a seguinte proposta de tarifário dos serviços públicos municipais de abastecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, para vigorar no ano de 2020, a submeter a prévio parecer da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos):

1.SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**1.1. TARIFA FIXA**

Tarifa Fixa⁽¹⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Contador com calibre igual ou inferior a 25 mm	2,4025 €	6%	2,4313 €	6%
Contador com calibre superior a 25 mm ⁽²⁾	3,6090 €	6%	3,6523 €	6%
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1ºNível: contador com calibre até 20 mm	2,9364 €	6%	2,9716 €	6%
2ºNível: contador com calibre superior a 20 e até 30 mm	3,6090 €	6%	3,6523 €	6%
3ºNível: contador com calibre superior a 30 e até 50 mm	4,8050 €	6%	4,8627 €	6%
4ºNível: contador com calibre superior a 50 e até 100 mm	6,0008€	6%	6,0728 €	6%
5ºNível: contador com calibre superior a 100 e até 300 mm	7,2074 €	6%	7,2939 €	6%

1.2. TARIFA VARIÁVEL

Tarifa Variável⁽³⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1ºEscalão: até 5 m³	0,4591 €	6%	0,4646 €	6%
2ºEscalão: superior a 5 e até 15 m³	0,6620 €	6%	0,6699 €	6%
3ºEscalão: superior a 15 e até 25 m³	0,7687 €	6%	0,8207 €	6%
4ºEscalão: superior a 25 m³	2,1355 €	6%	2,1611€	6%
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única ⁽⁴⁾	0,7687€	6%	0,8207	6%

1.3. TARIFÁRIO ESPECIAL

1.3.1. TARIFÁRIO SOCIAL

Tarifa Fixa	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Contadores com qualquer calibre	ISENTO		ISENTO	
Utilizadores Não-Domésticos ⁽⁶⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1ºNível: até 20 mm	2,0556 €	6%	2,0803 €	6%
2ºNível: superior a 20 mm e até 30 mm	2,5263 €	6%	2,5566 €	6%
3ºNível: superior a 30 mm e até 50 mm	3,3635 €	6%	3,4039 €	6%
4ºNível: superior a 50 e até 100 mm	4,2006 €	6%	4,2510 €	6%
5ºNível: superior a 100 e até 300 mm	5,0452 €	6%	5,1057 €	6%
Tarifa Variável	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos ⁽⁵⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1ºEscalão: até 15 m³	0,4591 €	6%	0,4646 €	6%
2ºEscalão: superior a 15 e até 25 m³	0,6941 €	6%	0,7024 €	6%
3ºEscalão: superior a 25 m³	2,1355 €	6%	2,1611 €	6%
Utilizadores Não-Domésticos ⁽⁶⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa única	0,6941 €	6%	0,7024 €	6%

1.3.2. TARIFÁRIO FAMILIAR

Utilizadores Domésticos	Atual		Proposta	
Tarifa Fixa	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Contador com calibre igual ou inferior a 25 mm	2,4025 €	6%	2,4313 €	6%



Fl. 225

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

Contador com calibre superior a 25 mm	3,6090 €	6%	3,6523 €	6%
Tarifa Variável⁽⁷⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 15 m³	0,4591 €	6%	0,4646 €	6%
2º Escalão: superior a 15 e até 30 m³	0,6620 €	6%	0,6699 €	6%
3º Escalão: superior a 30 e até 45 m³	0,6941 €	6%	0,7024 €	6%
4º Escalão: superior a 45 m³	2,1355 €	6%	2,1611 €	6%

1.4. SERVIÇOS AUXILIARES

Serviços auxiliares	Tarifa atual	IVA	Tarifa proposta	IVA
Análise de projetos de instalações prediais e domiciliárias de abastecimento	20,00€	23%	20,00 €	23%
Execução de ramais de ligação nas situações previstas no artigo 97º do Regulamento, com extensão superior a 20 m; Execução de ramais de ligação fora da responsabilidade da entidade gestora	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%
Realização de vistorias aos sistemas prediais a pedido dos utilizadores	40,00 €	Não sujeito	40,00 €	Não sujeito
Suspensão e reinício da ligação do serviço por incumprimento do utilizador	20,325 €	23%	20,325 €	23%
Suspensão e reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador	9,00 €	23%	9,00 €	23%
	9,00 €	23%	9,00 €	23%
Leitura extraordinária de consumos de água, decorrentes de solicitação do utilizador	10,00 €	23%	10,00 €	23%
Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva	10,00€	23%	10,00 €	23%

Serviços auxiliares		Tarifa atual	IVA	Tarifa proposta	IVA
avaria por motivo não imputável ao utilizador					
Ligação temporária ao sistema público, designadamente para abastecimento a estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária		75,00 €	23%	75,00 €	23%
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização		5,00€	23%	5,00€	23%
Fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento, designadamente em situações em que esteja em risco a saúde pública		1,00€/m³	23%	1,00€ / m³	23%
Outros serviços a pedido do utilizador, nomeadamente, reparações no sistema predial ou domiciliário de abastecimento.		Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%
Execução da caixa do contador		Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%
Valor hora mão-de-obra		7,00 €	23%	7,00 €	23%
Valor hora máquina:	Retroescavadora	25,00 €	23%	25,00 €	23%
	Mini-retroescavadora	15,00 €		15,00 €	
	Compressor	10,00 €		10,00 €	

2. SERVIÇO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

2.1. TARIFA FIXA

Tarifa Fixa ⁽⁹⁾	Atual	Proposta
----------------------------	-------	----------



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	2,5093 €	não sujeito	2,5394 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	2,5093 €	não sujeito	2,5394 €	não sujeito

2.2. TARIFA VARIÁVEL

Tarifa Variável ⁽¹⁰⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 5 m³	0,4913 €	não sujeito	0,4972 €	não sujeito
2º Escalão: superior a 5 e até 15 m³	0,5979 €	não sujeito	0,6051 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	0,6513 €	não sujeito	0,6591 €	não sujeito
4º Escalão: superior a 25 m³	2,1355 €	não sujeito	2,1611 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos ⁽⁴⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	0,6513 €	não sujeito	0,6591 €	não sujeito

2.3. TARIFÁRIO ESPECIAL

2.3.1. TARIFÁRIO SOCIAL

Tarifa Fixa	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
	ISENTO		ISENTO	
Utilizadores Não-Domésticos ⁽⁶⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	1,7566€	não sujeito	1,7777 €	não sujeito

Tarifa Variável	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos ⁽⁵⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 15 m³	0,4913 €	não sujeito	0,4972 €	não sujeito
2º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	0,6513 €	não sujeito	0,6591 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 25 m³	2,1355 €	não sujeito	2,1611 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	0,4591€	não sujeito	0,4646 €	não sujeito

2.3.2. TARIFÁRIO FAMILIAR

Utilizadores Domésticos	Atual		Proposta	
Tarifa Fixa	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	2,5093 €	não sujeito	2,5394 €	não sujeito
Tarifa Variável ⁽⁷⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
1º Escalão: até 15 m³	0,4913 €	não sujeito	0,4972 €	não sujeito
2º Escalão: superior a 15 e até 30 m³	0,5979 €	não sujeito	0,6051 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 30 e até 45 m³	0,6513 €	não sujeito	0,6591 €	não sujeito
4º Escalão: superior a 45 m³	2,1355 €	não sujeito	2,1611 €	não sujeito

2.4. SERVIÇOS AUXILIARES

Serviços Auxiliares	Tarifa atual	IVA	Tarifa proposta	IVA
Análise de projetos de sistemas prediais e domiciliários de saneamento	20,00 €	23%	20,00 €	23%
Execução de ramais de ligação superiores a 20 metros, nas situações previstas no artigo 103º do Regulamento	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%	Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	23%
Realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais e domiciliários de saneamento a pedido dos utilizadores	40,00€	Não sujeito	40,00€	Não sujeito
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador, quando não seja possível a interrupção do serviço de abastecimento de água	20,325 €	23%	20,325 € 60 €	23% 23%
Desobstrução de sistemas prediais e domiciliários de saneamento	60 €	23%	18,00€	23%
Verificação extraordinária de medidor de caudal a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador	18,00€	23%	10,00€	23%
Informação sobre o sistema público de saneamento em plantas de localização	5,00€	23%	5,00€	23%



Fl. 130

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

Serviços Auxiliares		Tarifa atual	IVA	Tarifa proposta	IVA
Outros serviços a pedido do utilizador, nomeadamente reparações no sistema predial ou domiciliário de saneamento		Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾		Orçamento prévio + 10% ⁽⁸⁾	
Valor hora mão-de-obra		7,00 €	23%	7,00 €	23%
Valor hora máquina	Retroescavadora	25,00 €	23%	25,00 €	23%
	Mini-retroescavadora	15,00 €		15,00 €	
	Compressor	10,00 €		10,00 €	

Recolha, transporte e destino final de lamas provenientes de fossas sépticas, recolhidas através de meios móveis		Atual		Proposta	
Tarifa Fixa		Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
		80,00 €	23%	80,00€	23%
Tarifa Variável		Tarifa ⁽¹¹⁾	IVA	Tarifa ⁽¹¹⁾	IVA
		2,225 4 €	23%	2,2254 €	23%

3. SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS**3.1. TARIFA FIXA**

Tarifa Fixa ⁽¹⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	2,6693 €	não sujeito	2,7013 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	6,0862 €	não sujeito	6,1592 €	não sujeito

3.2. TARIFA VARIÁVEL

Tarifa Variável ⁽¹²⁾	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA

1º Escalão: até 5 m³	0,5340 €	não sujeito	0,5404 €	não sujeito
2º Escalão: superior a 5 e até 15 m³	1,0677 €	não sujeito	1,0805 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	1,6017 €	não sujeito	1,6209 €	não sujeito
3º Escalão: superior a 25 m³	2,1355 €	não sujeito	2,1611 €	não sujeito
Utilizadores Não-Domésticos⁽⁴⁾	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
Tarifa Única	1,6017 €	não sujeito	1,6209 €	não sujeito

3.3. TARIFÁRIO ESPECIAL

3.3.1. TARIFÁRIO SOCIAL

Tarifa Fixa	Atual		Proposta	
Utilizadores Domésticos	Tarifa	IVA	Tarifa	IVA
	ISENTO		ISENTO	

Mais proponho que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11.06 e n.º 4 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05.09, respetivamente, sejam cobradas ao utilizador final, a Taxa de Recursos Hídricos (Abastecimento de Água e Águas Residuais) e a Taxa de Gestão de Resíduos, a entregar à entidade competente, cujos valores se indicam, também para vigorar no ano 2020, a partir da data da entrada em vigor do tarifário supra:

TAXAS

4.1. TGR – TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS⁽¹³⁾

Utilizadores Domésticos	Taxa atual	IVA	Taxa proposta	IVA
1º Escalão: até 5 m³	0,1641 €	6%	0,1658 €	6%
2º Escalão: superior a 5 e até 15 m³	0,3156 €	6%	0,3188 €	6%
3º Escalão: superior a 15 e até 25 m³	0,5934 €	6%	0,5993 €	6%
4º Escalão: superior a 25 m³	0,7575 €	6%	0,7651 €	6%
Utilizadores não-domésticos	Taxa proposta	IVA	Taxa proposta	IVA
Taxa única	0,5934 €	6%	0,5993 €	6%

4.2. TRH-AA – TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS -ABASTECIMENTO DE ÁGUA⁽¹⁴⁾

Domésticos e Não-domésticos	Taxa atual	IVA	Taxa proposta	IVA
Taxa única	0,0327 €/ m³	6%	0,0379€ / m³	6%



Fl. 131
[Signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

4.3. TRH-AR – TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS - ÁGUAS RESIDUAIS⁽¹³⁾

Domésticos e Não-domésticos	Taxa atual	IVA	Taxa proposta	IVA
Taxa Única	0,0294€/m ³	6%	0,0294€/m ³	6%

Notas:

⁽¹⁾ A tarifa fixa é expressa em euros/mês (30 dias)

⁽²⁾ Aplica-se a tarifa fixa prevista para os utilizadores não domésticos

⁽³⁾ O valor final da componente variável do serviço devida pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.

⁽⁴⁾ É igual ao 3.º escalão da tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos.

⁽⁵⁾ Alargamento da tarifa variável do 1.º escalão até ao limite mensal de 15 m³.

⁽⁶⁾ Redução de 30% das tarifas fixas e variáveis, não podendo corresponder a valores inferiores aos do tarifário geral dos utilizadores finais domésticos.

⁽⁷⁾ Alargamento dos escalões de consumo em 15 m³. O alargamento efetuado nos escalões da tarifa variável aplica-se quando o agregado familiar tenha cinco elementos. Por cada elemento a mais, além dos cinco, cada um dos escalões é alargado em 3 m³.

⁽⁸⁾ Despesas de administração.

⁽⁹⁾ A tarifa fixa é única e é expressa em euros/mês (30 dias)

⁽¹⁰⁾ A base de cálculo desta tarifa corresponde a 90% da água faturada. O valor final da componente variável do serviço devido pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.

⁽¹¹⁾ A tarifa da “Águas do Norte, S.A.” para 2018 para tratamento de efluentes de fossas sépticas é de 2,0563 €/m³ a que acresce o IVA à taxa de 6%.

⁽¹²⁾ O valor final da componente variável do serviço de resíduos sólidos urbanos, devida pelo utilizador, é calculado pelo valor do escalão correspondente aos m³ de água consumida no período objeto de faturação. A tarifa é expressa em euros/mês (30 dias).

⁽¹³⁾ É cobrado o valor do escalão correspondente aos metros cúbicos de água consumida no período objeto de faturação.

⁽¹⁴⁾ O valor final da taxa devida pelo utilizador corresponde ao produto do valor da taxa pelo número total de m³ de água, objeto de faturação.

A data de entrada em vigor do novo tarifário deve assegurar o cumprimento do prazo de 15 dias fixado no n.º 2 do artigo 106.º do Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas no Município de Tarouca”, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 143, de 25.07.2012. Por outro lado, a atual aplicação informática utilizada pelos serviços para processamento das faturas, não permite a cobrança, no mesmo mês, de duas tarifas diferentes devidas pela prestação do mesmo serviço.

Anexo: simuladores de apuramento de proveitos e de custos dos serviços de águas e resíduos prestados pela Câmara Municipal (entidade gestora em modelo de gestão direta); projeções do Banco de Portugal, sobre a taxa de inflação prevista para 2020; a informação do Gabinete do Ambiente, de 25.11.2019, contendo a indicação do montante suportado pelo

Município com a Taxa de Gestão de Resíduos e a Taxa de Recursos Hídricos.

Paços do Município, 25.11.2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos simuladores de apuramento de proveitos e de custos dos serviços de águas e resíduos prestados pela Câmara Municipal (entidade gestora em modelo de gestão direta); nas projeções do Banco de Portugal, sobre a taxa de inflação prevista para 2019 e na informação do Gabinete do Ambiente, de 25.11.2019, contendo a indicação do montante suportado pelo Município com a Taxa de Gestão de Resíduos e a Taxa de Recursos Hídricos, aprovar a presente proposta de tarifário dos serviços públicos municipais de abastecimento de água para consumo humano, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos e das taxas de gestão de resíduos e de recursos hídricos (abastecimento de água e águas residuais), nos termos constantes da mesma e supra transcritos, para vigorar no ano de 2020, a submeter a prévio parecer da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 12.11.2019 a 25.11.2019

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira

Total: € 409,72

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares
Total: € 470,91

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o regadio de Santiago em Arguedeira.

❖ Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tarouca
Total: € 232,67

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela de Gondomar - Tarouca.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.28

❖ Freguesia de Várzea da Serra

Total: € 1.988,30

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o Centro Recreativo.

❖ Freguesia de Salzedas

Total: € 2.887,44

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o edifício da Antiga Casa do Povo.

❖ Associação Recreativa e Cultural de Meixedo

Total: € 58,43

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para sede da Associação.

Tarouca, 26 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 16 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número duzentos e dezoito, de vinte e sete de novembro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 7.782,81 (sete mil e setecentos e oitenta e dois euros e oitenta e um cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 287.346,70 (duzentos e oitenta e sete mil e trezentos e quarenta e seis euros e setenta cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 17 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA DESTINADA A MATERIAL ESCOLAR PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS - ANO LETIVO DE 2019/2020 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"TRANSFERÊNCIA DE VERBA DESTINADA A MATERIAL ESCOLAR PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS ANO LETIVO DE 2019/2020**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS****PROPOSTA**

Considerando que:

a) de acordo com o n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 46/86, de 14.10, que estabelece o quadro geral do sistema educativo, "os serviços de ação social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de ações, em que avultam a participação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento e manuais e material escolar e pela concessão de bolsas de estudo;

b) da conjugação desta norma com o disposto nos artigos 33.º a 41.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30.01 (diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º a 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16.08) decorre que o material escolar não está abrangido pela transferência de competências;

c) é essencial do ponto de vista pedagógico e do interesse das famílias manter a atribuição ao Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos de uma verba destinada a material de desgaste rápido, para ser utilizado pelas crianças e alunos em atividades complementares no âmbito de projetos educativos a desenvolver por aquele Agrupamento, uma vez que se traduz num importante contributo para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças e alunos, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência que lhe confere a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, transferir para o Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos a importância de 10,00 €/aluno, o que perfaz o montante total de €3.770,00 (três mil e setecentos e setenta euros) (377 alunos (235 do 1.º ciclo e 142 do pré-escolar) x€10), a pagar em quatro prestações de igual valor, destinada à aquisição de material de desgaste rápido utilizado nas atividades escolares do ano letivo 2019/2020.

Paços do Município, 25 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e transferir para o Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos a importância de 10,00 €/aluno, o que perfaz o montante total de € 3.770,00 (três mil e setecentos e setenta euros) (377 alunos (235 do 1.º ciclo e 142 do pré-escolar) x€10), a pagar em quatro prestações de igual valor, destinada à aquisição de material de desgaste rápido utilizado nas atividades escolares do ano letivo 2019/2020.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 18 - TÓ FRIO - FRIO INDUSTRIAL, LDA - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR 30 DIAS PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA RELATIVO AOS LOTES N.ºS 8 E 9 DA AAEL

Presente um requerimento datado novembro corrente, registado sob o n.º 10307, de 15.11.2019, em nome da sociedade "Tó-Frio - Frio Industrial, Lda.", solicitando nova prorrogação do prazo para apresentação do projeto de arquitetura da unidade a instalar nos lotes n.ºs 8 e 9 da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca (AAEL), por mais 30 dias. O **Senhor Presidente da Câmara** disse estar convencido de que o requerente será o primeiro empresário a construir na AAEL. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar a prorrogação do prazo para apresentação do projeto de arquitetura da unidade a instalar no lote número sete da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca (AAEL), por mais trinta dias, a contar da data da notificação da presente deliberação.

PONTO 19 - EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA, NO ÂMBITO DOS PLANOS DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2019.11.28

(PARU)" -REPROGRAMAÇÃO DO INVESTIMENTO E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO PARQUE RIBEIRINHO DE TAROUCA, NO ÂMBITO DOS PLANOS DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)" REPROGRAMAÇÃO DO INVESTIMENTO E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL

PROPOSTA

A empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos planos de ação de regeneração urbana (PARU)" encontra-se em execução, com financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (operação com o código NORTE-04-2316-FEDER-000101).

O respetivo termo estava previsto para o corrente ano. No entanto, devido às más condições climatéricas que não permitiam que os trabalhos se executassem nas melhores condições de segurança, verificou-se a necessidade de suspender os trabalhos e de prorrogar o prazo de execução da empreitada, com a consequente alteração do respetivo cronograma financeiro, repartindo o encargo pelo ano 2020. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente à reprogramação da execução física e financeira do referido contrato.

Assim,

PROPONHO a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente à reprogramação do contrato de adjudicação da empreitada de "Construção do parque ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos planos de ação de regeneração urbana (PARU)", de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de 290 000 €, que inclui o IVA à taxa de 6%, perfazendo o montante total de 307 400 €.**

Tarouca, 25.11.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente à reprogramação do contrato de adjudicação da empreitada de "Construção do

parque ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos planos de ação de regeneração urbana (PARU)", de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de 290 000 €, que inclui o IVA à taxa de 6%, perfazendo o montante total de 307 400 €.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Leonor de Sousa Teixeira*, Chefe de Divisão, a subscrevi.

